

KANT E A QUESTÃO DOS PARADIGMAS

A filosofia de Kant, como a de todos os grandes filósofos, não é um objecto único nem unívoco para a exegese. Em torno dela, e em particular da chamada "filosofia especulativa", fazem-se as interpretações mais diversas e divergentes, sobretudo em termos de "valorização" e "actualidade".

Assim, enquanto para uns, como Jürgen Habermas, Kant está hoje desacreditado como "maître-penseur" — nomeadamente por ter equacionado um modelo de "fundamento" imutável para as ciências e um limite rígido para a "experiência possível" —, para outros, como Jean Petitot, torna-se imperioso um "retorno a Kant em Epistemologia"; — se não na "letra", pelo menos no "espírito" que o anima, o "transcendentalismo" do filósofo é ainda plenamente "actual".

No presente Ensaio é uma perspectiva próxima desta última que se defenderá, orientada no entanto para o âmbito da Ontologia. Argumentaremos, em suma, a favor da tese que no transcendentalismo kantiano se pode encontrar uma espécie de "Ontologia Geral e Formal" para o domínio fenoménico da Natureza (ainda de extrema "actualidade").

Para o efeito, cruzaremos a rota da hodierna questão dos "Paradigmas". Além do interesse que esta questão tem em si mesma (e que Kant de certo modo antecipou), ela tem a vantagem metodológica de nos permitir confrontar a filosofia kantiana com uma das suas pretensões mais ousadas: — que é "única", isto é sem alternativas, o "organigrama" a priori da "teoria transcendental". Por referência a esta pretensão, em última análise, dimensionaremos todo o presente Ensaio.

I

O TRANSCENDENTALISMO. QUATRO ENUNCIADOS - BASE

Há quatro enunciados que resumem o dispositivo funcional da "filosofia especulativa" de Kant (a "filosofia da natureza", enquanto distinta da "filosofia moral"):

- 1) Os objectos fenoménicos regulam-se pelo nosso conhecimento *a priori* ⁽¹⁾.
- 2) É possível um conhecimento *a priori* dos objectos que "estabelece algo sobre eles" mesmo "antes de nos serem dados" ⁽²⁾.
- 3) "Só conhecemos *a priori* das coisas o que nós mesmos nelas pomos" ⁽³⁾.
- 4) Existe uma "verdade transcendental, que precede e possibilita toda a verdade empírica" ⁽⁴⁾.

Temos aí, respectivamente, o conhecido "tópico" da "revolução copernicana" (em 1) e 2)), o enunciado que indica que todos os *objectos da experiência* possível são objectos "construídos" (em 3)), e o enunciado que afirma que qualquer verdade empírica — referente ao conhecimento sintético dos fenómenos — é obtida através de um conhecimento mais fundamental e originário: um conhecimento *a priori*, precisamente.

⁽¹⁾ Kant, *Crítica da razão pura* (1781/7), trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, F. C. G., Lisboa, 1985, pp. 19-20. (Daqui em diante esta obra será denotada pela sigla *CRPu*).

⁽²⁾ *CRPu*, p. 20.

⁽³⁾ *CRPu*, p. 21.

⁽⁴⁾ *CRPu*, p. 187.

Este último tipo de conhecimento apelida-o Kant de *conhecimento transcendental*. Define-o como o "conhecimento que em geral se ocupa menos dos objectos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*" (5).

Parte dos instrumentos deste conhecimento encontram-se indicados na delimitação da *Ontologia* ou *Filosofia Transcendental*. Esta disciplina, diz-nos Kant, "considera apenas o *entendimento* e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se reportam a objectos em geral, sem admitir objectos que *seriam dados*" (6). Os restantes instrumentos encontram-se sinalizados na definição da *Estética Transcendental*: esta, com efeito, é "a ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*" (7). Em resumo: é nas diferentes faculdades do Sujeito "gnosiológico" (sensibilidade, entendimento e razão) que se encontram sediados todos os instrumentos do conhecimento *a priori*. São esses instrumentos que, de modo activo, "constroem" os objectos da experiência segundo os "moldes" ou "formalismos" que lhes são peculiares.

É claro que todo este horizonte teórico e disciplinar seria implausível sem a adopção da tese das *coisas-em-si-incognoscíveis* (desde logo implicada pela "idealidade transcendental" do espaço e do tempo) (8). Com efeito, só porque não conhecemos as coisas-em-si mas apenas fenómenos (que todavia são manifestações-ocultações daquelas) (9), e só porque, como já se disse, os objectos da experiência são em grande medida "construídos" pelas faculdades do Sujeito, se pode admitir que há um conhecimento *a priori* dos objectos ou uma verdade transcendental a que qualquer verdade empírica terá que se subordinar. (A ordem inversa do pressuposto, no entanto, é também verdadeira).

Pergunta-se entretanto: em que consiste, mais especificamente, o tal conhecimento *a priori* que define uma verdade transcendental? A resposta é simples e já está atrás esboçada: consiste no acervo doutrinal relativo às formas puras da sensibilidade (o espaço e

(5) CRPu, p. 53.

(6) CRPu, p. 665. Cf. tb. *Les progrès de la métaphysique en Allemagne depuis le temps de Leibniz et de Wolff* (1793), trad. Louis Guillermit, J. Vrin, Paris, 1968, p. 10 e p. 38.

(7) CRPu, p. 62.

(8) Cf. CRPu, pp. 77-86.

(9) Cf. CRPu, pp. 25-6.

o tempo), às doze categorias, aos "Princípios do entendimento" ("juízos sintéticos *a priori*", tidos por "supremos") e às Ideias da Razão. Consiste, numa palavra, nos "conteúdos formais" da Razão humana quando esta é considerada na sua vertente *especulativa*. São esses "conteúdos formais" — a desenvolver ulteriormente —, as "peças" orgânicas daquilo que designaremos por "máquina transcendental" kantiana. "Transcendental", em virtude das razões já acima indicadas. E "máquina", porque os *a priori* "produzem" alguma coisa: produzem conhecimento e objectos da experiência.

Perguntar-se-á ainda: qual o alcance "disciplinar" dos enunciados inicialmente referidos? Têm eles um alcance epistemológico ou ontológico? — Sem dúvida que têm um alcance epistemológico, e assim tem sido predominantemente interpretado, por exemplo, o tópico da "revolução copernicana". Entretanto, se notarmos a implicação "lógica" que vai do primeiro ao quarto, e se tivermos em conta, sobretudo, a definição kantiana de Ontologia, logo se admitirá que o alcance é também ontológico. Neste sentido: o conhecimento *a priori* que performa uma verdade transcendental circunscreve o *modelo mais geral de ser de qualquer objecto fenoménico* (10). Delimita os "traços" mais globais da sua "constituição" — da sua arquitectura enquanto objecto "construído" em acordo com a maquinaria *a priori* do Sujeito. Por outras palavras: qualquer objecto da experiência, dependente que é da forma de o conhecer, será a "mimésis", neste ou naquele aspecto, do referido *modelo genérico* (o modelo, por isso, de qualquer *objecto em geral*).

Existe em toda esta panorâmica, sem dúvida, algo que rescende a um certo "platonismo". Não é todavia por aproximação a esse tópico que pretendemos dimensionar a "máquina transcendental" kantiana. É antes por aproximação a uma noção que hoje circula em vários quadrantes disciplinares. Referimo-nos à noção de "Paradigma".

Nos quatro enunciados inicialmente referidos e no que eles analiticamente implicam (ou naquilo que os implica) está notoria-

(10) Reproduzimos a este respeito, no essencial, a interpretação de Heidegger em *Kant et le problème de la métaphysique* (1929), trad. A. Waelhens e W. Biemel, Gallimard, Paris, 1953, pp. 69-77.

mente antecipado aquilo que hoje se delimita sob o termo "Paradigma" (em várias das suas acepções). Kant não se moveu teoricamente — nem o poderia fazer, em função da *episteme* da sua época — no horizonte dos problemas que hoje se erigem em torno de tal noção. Esse horizonte de problemas, contudo, pode revelar-se um precioso quadro de referência para dimensionarmos criticamente aquilo que designamos por "máquina transcendental" kantiana. Ou ainda, e de modo mais amplo: para avaliar a "arquitectónica" da sua "teoria transcendental". É isso que nos propomos fazer.

A nossa questão principal é a seguinte: será o modelo de conhecimento *a priori* delineado por Kant um modelo ainda hoje "actual"? Não terá ele soçobrado com o desenvolvimento de algumas ciências, nomeadamente com a microfísica e a Física einsteiniana? Não será ele de validade estritamente "regional", por estar de algum modo associado ao estado das ciências contemporâneas do filósofo: a Lógica, a Matemática e a Física newtoniana?

Para responder a estas interrogações, naturalmente, teremos de penetrar mais fundo no espaço teórico do transcendentalismo kantiano. Fâ-lo-emos, como já sugerimos, tendo em mira algumas acepções hodiernas da noção de Paradigma.

Uma coisa, entretanto, é certa, e podemos adiantá-la desde já: a ideia basilar de Kant segundo a qual todo o conhecimento empírico se tem de basear numa forma de conhecimento *a priori* é generalizável. Ela aplica-se mesmo não só aos discursos científicos mas a todos os discursos em geral. Isto é: nenhuma objectualidade discursiva se constitui senão à custa de conceitos e princípios *a priori*, de um plano ou de uma "ordem" heurística prévia ⁽¹¹⁾.

(11) É generalizável, em suma, o que diz Kant, no Prefácio à 2.^a ed. da *CRPu*, acerca do modo como os cientistas do seu tempo lograram obter êxito nas suas disciplinas: "Compreenderam que a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; que ela tem que tomar a dianteira com princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes e deve forçar a natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta" (p. 18).

II

VÁRIAS ACEPÇÕES DE "PARADIGMA". O PROBLEMA CENTRAL

O termo "paradigma", como se sabe, é de origem grega (*parádeigma*), tendo assumido um estatuto central na filosofia de Platão. Designava nesta os *modelos* ou *originais* transcendentais (as Ideias) a serem "imitados" ou instanciados no domínio sensível (de modo mais ou menos analógico). Esta acepção do termo, a que não é inteiramente alheia a teoria aristotélica das "formas", disseminou-se entretanto, embora com algumas "nuances", pela tradição filosófica ocidental. As teorias criacionistas e essencialistas, apesar de nem todas coincidentes, são a este respeito elucidativas. Era suposto existir um paradigma único, um paradigma "natural", um paradigma eterno e imutável.

É apenas no século XVIII que o termo "paradigma" recebe, com G. Christoph Lichtenberg, uma acepção mais próxima daquela que recentemente assumiu no quadro da epistemologia e história das ciências. Com efeito, para Lichtenberg, professor de Filosofia da Natureza em Goettingen, "paradigma" designava "determinado padrão fundamental de explicação"⁽¹²⁾. Supunha-se portanto haver vários desses padrões. Entra assim em cena, pelo menos implicitamente, o tópico da *pluralidade dos paradigmas*.

Ora foi em acepção análoga, embora refinada e reconstruída, que Thomas S. Kuhn retomou o termo em apreço no livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962). Tornou-se desde então no centro de sinuosas controvérsias. A tese de Kuhn, e também de Feyerabend, segundo a qual há incomensurabilidade entre certas teorias que se sucedem historicamente — por exemplo entre a Física newtoniana e a Física einsteiniana (por se regerem por paradigmas diferentes...) ⁽¹³⁾ —, volveu-se em motivo de aceitação

⁽¹²⁾ Cf. Miguel Baptista Pereira, "Prefácio" a Nicolau de Cusa, *A visão de Deus*, trad. João Maria André, F. C. G., Lisboa, 1988, pp. 1-78 (p. 10).

⁽¹³⁾ Cf. Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962), The University of Chicago Press, Chicago/London, 2.^a ed., ampliada, 1970, sobretudo Caps. IX-X e pp. 198-207; Paul Feyerabend, *Contre la méthode* (1975), trad. Baudouin Jurdant e Agnès Schlumberger, Seuil, Paris, 1979, sobretudo pp. 246-321.

dogmática ou de acérrimas críticas, como ainda, mais genericamente, em tópico de referência quase obrigatória. Em face do objectivo que temos em vista, é dispiciendo intrrometermos na polémica respeitante à tese referida e a outras afins (14). É conveniente, isso sim, delimitar com a precisão possível a noção kuhniana de Paradigma.

No Posfácio de 1969 à obra indicada, reconhecia Kuhn ter usado o termo "paradigma" em dois sentidos diferentes: a) como "constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhados pelos membros de dada comunidade" científica; b) como conjunto de problemas e soluções que são usados como "modelos ou exemplos" (seja os que se encontram em obras como os *Principia* de Newton), e podem substituir "as regras explícitas enquanto base para a solução dos *puzzles* persistentes na ciência normal"(15). Esses dois sentidos de "paradigma" reúne-os então Kuhn numa nova noção: a noção de "matriz disciplinar". "Disciplinar", porque respeita aos elementos partilhados em comum pelos praticantes de uma "disciplina" específica. E "matriz", porque comporta "elementos ordenados de várias espécies, exigindo cada um deles uma particularização adicional"(16).

Para além dos "modelos ou exemplos" já referidos, uma matriz disciplinar engloba os seguintes factores (17): *generalizações simbólicas* — como a lei "a força é igual à massa vezes a aceleração" (os componentes formais ou formalizáveis duma disciplina); *crenças metafísicas* — como "as moléculas de um gás comportam-se como pequenas bolas de bilhar, minúsculas e elásticas, movimentando-se ao acaso"; certos *valores* — como a preferência por predições quantitativas em vez de qualitativas, a ideia que as teorias devem ser simples, que devem ser socialmente úteis, etc.

Paradigmas com estas componentes variáveis, como se pode constatar, existem muitos. Deles fazem parte, inclusivamente, os conteúdos conceptuais que neles são dados a certos termos mais recorrentes na respectiva "disciplina". Ora deste facto derivaria,

(14) Sobre a referida polémica pode ver-se uma elucidativa síntese em Manuel Maria Carrilho, *Rhétoriques de la modernité*, PUF, Paris, 1992, pp. 133-141.

(15) *The Structure...*, p. 175.

(16) *Id.*, p. 182.

(17) Cf. *id.*, pp. 182 ss.

muito em particular, a já referida incomensurabilidade entre a Física newtoniana e a Física einsteiniana. Os termos "massa", "energia", etc., designam em ambas conceitos diferentes, configuram portanto distintas "mundividências" ou "ontologias" (18). Seria impossível, designadamente, uma comparação alética entre ambas (o mesmo sucedendo com outras em idêntico "conflito" paradigmático), ou decidir qual delas é ontologicamente a melhor (19).

Há porventura um certo exagero nestas últimas posições teóricas. Como já sugerimos, não cabe no escopo do presente estudo discuti-las com o detalhe que elas exigem. Sem negar que o problema da incomensurabilidade tem possíveis zonas de pertinência, limitamo-nos a dizer a propósito daquelas duas teorias: — como sucede com muitas outras, elas são válidas para regiões diferentes do Universo (ou para diferentes "fenomenologias"...). Apesar disso, e como se sabe, o próprio Einstein considerava a Física newtoniana um caso limite da sua (20).

Seja como for, definido e explanado daquela maneira, um paradigma na acepção de Kuhn é aquilo a que podemos chamar uma "ontologia regional". Ora, Kant equacionou um paradigma nesse sentido — uma "ontologia regional" — no livro *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (1785). O filósofo explicita nesta obra, precisamente, o organigrama "paradigmático" que constituiria a Física clássica nos seus vários capítulos: a Cinemática, a Dinâmica, a Mecânica e a Fenomenologia. No capítulo da "Mecânica", por exemplo, encontram-se equacionadas as três leis básicas da Física newtoniana: a lei da permanência da mesma

(18) Cf. *id.*, pp. 101-103.

(19) Cf. *id.*, p. 170, onde se afirma que a sucessão entre teorias regidas por diferentes paradigmas não representa necessariamente um progresso em ordem à "verdade". Assim, a pp. 206-7, depois de vincar que não há um modo teoricamente independente de estabelecer a relação entre "a ontologia duma teoria" e a sua "'real' contrapartida na natureza", exemplifica Kuhn o seu ponto de vista (como historiador...): "Eu não duvido (...) que a mecânica newtoniana é superior à de Aristóteles e que a de Einstein é superior à de Newton enquanto instrumentos para resolver enigmas ("for puzzle-solving"). Mas por outro lado, em alguns aspectos relevantes — se bem que não em todos —, a teoria geral da relatividade de Einstein está mais próxima da teoria de Aristóteles do que ambas estão da teoria de Newton."

(20) Albert Einstein e Leopold Infeld, *A evolução da Física*, trad. Monteiro Lobato, Livros do Brasil, Lisboa, s/d, p. 180.

quantidade da matéria, a lei da inércia e a lei da igualdade da acção e reacção ⁽²¹⁾).

Acontece porém que toda a arquitectura dessa obra, no dizer do próprio Kant, repousa numa "especificação" particular das categorias enumeradas na *Crítica da razão pura* — aplicadas ao conceito de "matéria" enquanto "movimento"⁽²²⁾. Além disso, é aos "Princípios do entendimento" equacionados na *Crítica* — os princípios da permanência da substância, da causalidade e da comunidade — que Kant recorre para fundamentar as três leis acima referidas ⁽²³⁾. Isto é: estamos perante o cenário, bem explicitado pelo filósofo, em que uma *Física racional*, por exemplo, se fundamenta nos conceitos puros e nos princípios da Ontologia ou Filosofia Transcendental ⁽²⁴⁾. Fundamenta-se, mais latamente, no conhecimento *a priori* ou na verdade transcendental a que aludimos na Secção anterior. Numa "máquina transcendental" que é suposta ter maior generalidade do que qualquer ontologia regional.

Dito isto, estamos em condições de avançar uma conclusão. A "ontologia regional" que Kant circunscreveu para a Física clássica contém notoriamente "filosofemas" que hoje não são inteiramente válidos. Não o são, por exemplo, o princípio da constância da matéria, o princípio da causalidade associado ao princípio da continuidade, o princípio da simultaneidade, etc. A avaliação dessa "ontologia regional", em suma, pode efectuar-se à luz da noção kuhniiana de Paradigma (muito embora com as precauções atrás sugeridas...).

A esta conclusão, entretanto, deve acrescentar-se uma hipótese heurística: é de supor que podemos encontrar em Kant uma espécie de *Ontologia Formal e Geral* que se instancia em algumas ontologias regionais; é de supor, simultaneamente, que essa Ontologia não seja susceptível das mesmas críticas que a "ontologia regional" acima referida. Esta hipótese é em princípio plausível porque, como acima se disse e o próprio Kant sublinhou, o paradigma

⁽²¹⁾ Kant, *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (1785), trad. Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 1990, pp. 93-6.

⁽²²⁾ Cf. *id.*, "Prefácio", pp. 18-22.

⁽²³⁾ Cf. *id.*, pp. 93-6.

⁽²⁴⁾ Ver *CRPu*, pp. 665-669.

equacionado nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza* outra coisa não é senão uma especificação particular de todas as "peças" da máquina transcendental⁽²⁵⁾ — a qual, por isso mesmo, deve ser doutra ordem e ter maior generalidade.

É no âmbito de tal hipótese, enfim, que deve ser recolocada a questão levantada no final da Secção anterior: será que a máquina transcendental kantiana ainda hoje resiste, pelo menos na sua arquitectónica genérica, à evolução e emergência de novas ciências?; é ela, em suma, ainda "actual"?

Ora, para dimensionar estas interrogações, é de pouco valor metodológico a noção kuhniana de paradigma (por ser de incidência estritamente "uni-disciplinar"). Mais apropriada é a noção de "paradigma categorial" de Stephan Körner. Além de não se restringir a uma só "disciplina"⁽²⁶⁾, Körner desenvolve tal noção, no essencial, em acordo com o "organigrama" implícito e explícito da máquina transcendental kantiana. Examinemos pois essa noção.

Segundo Stephan Körner, um paradigma categorial engloba os seguintes factores: 1) uma "categorização" dos objectos; 2) "atributos" e "princípios" constitutivos de cada "género máximo" de objectos instituído pela categorização; 3) "atributos" e "princípios" *individuativos* de cada objecto pertencente a um género máximo; 4) uma *Lógica* subjacente⁽²⁷⁾.

Convém explanar um pouco cada um desses factores⁽²⁸⁾:

A "categorização" respeita aos níveis mais elevados duma classificação total dos objectos. Envolve sobretudo as seguintes etapas (embora nem todas elas ocorram necessariamente num dado paradigma categorial): a divisão dos objectos em *particulares* e *atributos* (os primeiros têm características mas não são caracte-

(25) Ver todo o "Prefácio" aos *Princípios metafísicos...*, ed. cit., pp. 13-24.

(26) Sobre o modo como o próprio Stephan Körner estabelece a diferença entre as duas noções (a sua e a de Kuhn), ver Körner, *Metaphysics: its Structure and Function*, Cambridge University Press, Cambridge, London et alia, 1984, pp. 204-5.

(27) Cf. Körner, *Fundamental Questions of Philosophy* (1969), The Harvester Press, Sussex, Humanities Press, New Jersey, 4.^a ed., 1979, pp. 192-3; *Categorical Frameworks*, Basil Blackwell, Oxford, 1970, p. 10; *Metaphysics...*, ed. cit., p. 18.

(28) De entre as obras indicadas na nota anterior, o lugar onde eles estão melhor delimitados é em *Categorical Frameworks*, pp. 4-10. No geral, os exemplos dados no texto são fornecidos pelo próprio Körner.

rísticas; os segundos são características que por sua vez têm características); a divisão dos particulares em *independentes* e *dependentes* (os primeiros são ontologicamente fundamentais; os segundos não são ontologicamente fundamentais); a divisão dos atributos, analogamente, em atributos independentes e dependentes; a divisão dos objectos em diferentes "domínios objectivos" ou *géneros máximos* ⁽²⁹⁾.

Quanto aos "atributos constitutivos", trata-se de conceitos de estatuto não empírico (conceitos *a priori*, digamos) que se aplicam a todos os objectos de um género máximo. Enquanto tal, delimitam as suas "características" mais gerais: — aquelas sem as quais eles não seriam considerados como objectos desse género. É por exemplo o caso, para o domínio da Física clássica, de "x está em relação causal com y".

Já os "atributos individuativos", como a própria expressão sugere, "individualizam" e discernem cada objecto pertencente a um "género máximo" de todos os demais objectos desse sector. Para o domínio da Física clássica, funciona como atributo individuativo o "estar situado num ponto do espaço euclidiano (homogêneo) e num ponto do tempo".

Os "princípios constitutivos" e "individuativos", por seu turno, destinam-se a "regular" a aplicação dos correspondentes atributos. É essa a função que desempenham, por exemplo (e ainda para o domínio da Física clássica), o princípio da causalidade (determinista e continuísta), e o princípio segundo o qual são individualmente discerníveis todos os objectos físicos no espaço e no tempo homogêneos.

Uma forma peculiar de Lógica, finalmente, é o mecanismo sintáctico que regula as várias operações dedutivas a efectuar, ou os mecanismos gerais de formação e transformação dos enunciados.

Ora, *prima facie*, a máquina transcendental kantiana para o domínio dos fenómenos é um paradigma categorial na acepção de Stephan Körner ⁽³⁰⁾. Com efeito, ela pressupõe uma "catego-

⁽²⁹⁾ Temos, assim, por exemplo, a distinção entre "individuais" e conceitos (Frege), a distinção entre substâncias primeiras e substâncias segundas (Aristóteles), a distinção dos atributos segundo uma hierarquia de ordens e tipos lógicos (Bertrand Russell), a divisão dos objectos em coisas, números, fenómenos, processos, eventos, actos mentais, etc.

⁽³⁰⁾ O próprio Körner, em *Fundamental Questions...*, pp. 193-4, considera a explicitação kantiana da "estrutura dos fenómenos externos" como exemplo (embora só em parte...) de um "paradigma categorial".

rização": a distinção entre coisas-em-si e fenómenos; a distinção entre substâncias e acidentes; a distinção entre intuições, percepções, conceitos empíricos, conceitos puros e Ideias; a distinção entre "natureza corpórea" e a "natureza pensante" (dois géneros máximos). Inclui também "atributos" e "princípios constitutivos": as doze categorias e os "Princípios do entendimento", respectivamente. Inclui ainda "atributos" e "princípios individuativos": nexos de espaço e tempo, por um lado, e os princípios da Estética Transcendental, por outro. A sua Lógica, finalmente, é a lógica clássica, de cariz aristotélico, muito embora sobredeterminada pela "Lógica Transcendental".

Acontece que Körner, para além de constatar, à semelhança de Kuhn, que não existe um só paradigma categorial mas vários (isso é uma questão *de facto*, como tal irrecusável), defende uma tese que à primeira vista invalida as nossas pretensões respeitantes à máquina transcendental kantiana. Defende ele, com efeito, que é impossível *demonstrar* a *unicidade* de qualquer paradigma categorial (questão *de direito*) ⁽³¹⁾.

Explica Körner que só três vias se afiguram possíveis para efectuar tal demonstração: i) comparar um paradigma categorial "com a experiência ainda não segregada em individuais e atributos"; — esta via, porém, é improcedente, porque os enunciados em que se formulasse a comparação "envolveriam necessariamente a aplicação de alguns atributos"; ii) compará-lo com "todos os seus possíveis competidores"; — mas esta via é inconclusiva porque é ilegítimo admitir que os paradigmas que em dado momento competem entre si "exaurem todos os paradigmas possíveis"; iii) examinar um paradigma categorial "do interior", isto é, "através de enunciados onde se usem os seus atributos constitutivos e individuativos"; — mas esta via é igualmente inconclusiva uma vez que tal exame poderá quando muito exibir "o modo como o paradigma é empregue, mas não demonstra a sua unicidade" ⁽³²⁾.

Estas três vias mereceriam um exame detalhado que agora não podemos efectuar. Elas não serão tão espúrias quanto isso. De qualquer modo, e independentemente de Körner, admitimos que é impossível *demonstrar inconcussamente* a *unicidade* de qual-

⁽³¹⁾ *Fundamental Questions...*, p. 215 e p. 219; *Metaphysics...*, pp. 183 ss.

⁽³²⁾ *Fundamental Questions...*, p. 215.

quer paradigma categorial (33). Aparece-nos assim, no horizonte teórico até agora percorrido, aquilo a que podemos chamar o *Problema central dos paradigmas*: "de facto", há vários paradigmas categoriais e não apenas um (ainda que, como defende Körner, possam ter alguns pontos de convergência) (34); "de direito", nenhum paradigma categorial pode pretender a uma absoluta hegemonia sobre os outros — visto que não se pode *demonstrar* que ele seja "o único", que não tem alternativas, que seja o melhor ou omniválido. Estas duas circunstâncias, *prima facie*, falsificam a hipótese heurística que levantámos a propósito da máquina transcendental kantiana. É pois com o "Problema central dos paradigmas" que temos de confrontar tal hipótese, assim como a questão inicial que a ela acabámos por anexar.

Será aquele Problema, porém, um autêntico problema por relação ao nosso objectivo teórico e interpretativo? Cremos que não. Vejamos porquê:

A) É certo que Kant nunca tentou sequer *demonstrar* a *unicidade* da sua máquina transcendental (embora a admitisse...) — devido, nomeadamente, à "episteme" da sua época e aos pressupostos "naturalistas" de toda a sua Filosofia (35). *Argumentos* porém a favor da absoluta *validade* dela para o domínio fenoménico da Natureza: — seja na "exposição" metafísica e transcendental do espaço e do tempo, seja na "dedução" metafísica e transcendental das categorias, seja nas "provas" dos "Princípios do entendimento", seja na "dedução" das Ideias da lógica indefinitista dos raciocínios (36).

(33) Basta considerar o seguinte: em que se fundaria o mecanismo de tal demonstração? — Em "elementos" do paradigma categorial em causa, ou em "elementos" a ele exteriores? No primeiro caso, teríamos circularidade viciosa; no segundo, seríamos remetidos para um outro paradigma categorial, explícita ou implicitamente... Poderiam também invocar-se, a propósito, os teoremas de Gödel acerca da indemonstrabilidade da consistência e completude dos sistemas formais. Eles aplicam-se — de modo analógico, é claro — ao tema em discussão.

(34) *Metaphysics...*, pp. 195-6.

(35) Cf. Körner, *Fundamental Questions...*, p. 215; *Metaphysics...*, pp. 183-4.

(36) Sobre as quatro Ideias cosmológicas, ver CRPu, pp. 381 ss.; sobre as Ideias de Deus, Alma e Mundo, ver *Prolégomènes à toute métaphysique future qui pourra se présenter comme science* (1783), trad. J. Gibelin, J. Vrin, Paris, 9.^a ed., 1974, pp. 109-110.

É um facto que a argumentação kantiana, na sua generalidade, é de natureza circular (embora não necessariamente viciosa). Consiste, no essencial, em "evidenciar" que sem a intervenção dos "elementos" *a priori* da máquina transcendental não há experiência fenoménica possível, e portanto esta mesma experiência, porque é possível e realizável, indicará a validade daqueles elementos ⁽³⁷⁾. Tratava-se pois, sem dúvida, duma argumentação circular — e, como tal, algo precária ⁽³⁸⁾. Segundo o próprio Kant, ela nunca poderia ter o estatuto duma *demonstração* ⁽³⁹⁾. Julgamos, apesar de tudo, que se trata duma *argumentação válida*. É isto porque Kant, em última análise, analisou detalhadamente o modo como as ciências do seu tempo eram construídas, e depois, muito simplesmente, "sistematizou" os elementos "maquínicos" necessários e suficientes para essa construção. A argumentação kantiana, deste modo, como que equivale a dar a explicação de uma *situação de facto* — duma forma de procedimento cognitivo que já se tinha revelado válido (nomeadamente na Física e na Matemática).

B) O que acaba de se explanar, é claro, não é só por si suficiente para declarar o "Problema central dos paradigmas" um pseudo-problema (por relação ao nosso objectivo teórico, sublinhamos). Adquire porém essa suficiêcia se acrescentarmos as seguintes razões: i) a pluralidade dos paradigmas categoriais, até certo ponto, é uma circunstância como que "natural"; — é-o pelo motivo de que diferentes domínios ônticos, ao terem diferentes tipos de "legalidades" imanentes, não podem ser conhecidos ou pensados exactamente através dos mesmos instrumentos *a priori*; ii) o facto de haver vários paradigmas, apesar do que se acaba

⁽³⁷⁾ Cf. CRPu, pp. 623 ss., particularmente p. 624 e p. 627. Cf. também p. 595 e, de modo mais geral, as "provas" que Kant fornece dos "Princípios do entendimento" (p. 198 ss.).

⁽³⁸⁾ Anote-se: não podia ser doutra maneira, dado o "construtivismo" (da experiência fenoménica...) implicado em toda a gnosiologia kantiana.

⁽³⁹⁾ Com efeito, segundo Kant, só no âmbito das matemáticas pode haver autênticas *demonstrações* (cf. CRPu, p. 593). Quanto às "provas filosóficas" (e são estas que estão em causa no assunto em análise), apelida-as ele de "*acroamáticas* (discursivas), pois somente se podem realizar por simples palavras (pelo objecto em pensamento)" (*ibid.*). É exactamene esta circunstância que implica a circularidade e a relativa "precaridade" de tais "provas".

de afirmar, não implica necessariamente que pelo menos alguns deles não possam coexistir num paradigma de maior generalidade (mais abstracto, digamos); iii) a impossibilidade de se demonstrar a unicidade de um paradigma categorial não significa que esse paradigma não possa ser inteiramente válido para o domínio para que foi equacionado (tal como em matemática, indemonstrabilidade não implica necessariamente invalidade) ⁽⁴⁰⁾.

Por tudo isto, afirmamos: o Problema acima é de facto um pseudo-problema. Ou então: é um problema assaz trivial. É trivial porque insolucionável, mas susceptível de ser pertinentemente "deslocado" (para um razoável âmbito de discutibilidade).

Sendo assim, a real questão que temos de enfrentar é a questão da *validade* da máquina transcendental kantiana. Isto por um lado. Por outro lado, e antes do mais, a questão de saber se sim ou não ela é um paradigma de tal generalidade que pode recobrir vários paradigmas categoriais na acepção de Stephan Körner. Só a resposta a estas questões — e no caso de afirmativa — pode caucionar aquilo que em última instância pretendemos defender: que aquela "máquina" configura a *Ontologia Geral e Formal* do domínio fenoménico da Natureza e, nessa exclusiva medida, é uma "máquina" ainda "actual".

Pois bem. Apesar do que atrás se "insinuou", temos de começar por reconhecer que a máquina transcendental kantiana não é um paradigma categorial na exacta acepção de Stephan Körner. Na última Secção deste estudo caucionaremos mais detalhadamente esta afirmação. De momento, basta invocar as seguintes razões:

a) As categorias e os princípios da máquina transcendental, além de serem simples formalismos respeitantes à constituição de qualquer objecto em geral ⁽⁴¹⁾, aplicam-se pelo menos, no entender do próprio Kant, a dois "géneros máximos": à "natureza corpórea" e à "natureza pensante" ⁽⁴²⁾. Defenderemos mesmo, em tempo

⁽⁴⁰⁾ Estão nesta situação célebres *conjecturas* matemáticas como a de Goldbach. Segundo esta, todo o número par maior do que 2 é a soma de dois números primos. Trata-se, porém, de uma afirmação que até hoje ninguém conseguiu demonstrar, muito embora já tenha sido "verificada" até cerca do número 2 000 000.

⁽⁴¹⁾ Cf. *CRPu*, p. 96 e p. 292.

⁽⁴²⁾ Cf. *CRPu*, pp. 665-669; também, e sobretudo, o "Prefácio" aos *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (nomeadamente pp. 15-6)

oportuno, que se aplicam a vários sub-géneros da "natureza corpórea".

b) Todas as "peças" da máquina transcendental têm um estatuto de máxima generalidade e supremacia para o domínio fenoménico da Natureza, só sendo verdadeiramente "constitutivas" quando "especificadas" e "reconstruídas" para um domínio objectual específico (como já atrás se fez entrever e adiante melhor se explicará).

c) A máquina transcendental kantiana inclui as Ideias de Deus, Alma e Mundo, assim como outras associadas a "princípios" da própria Razão — nomeadamente aos princípios da *homogeneidade*, *especificação* e *continuidade* das formas da Natureza (43). Todas essas Ideias são como espécies de "forças atractivas" que solicitam que a máquina transcendental nunca se detenha num estado particular de conhecimento; — solicitam, em vez disso, que ela se procure aproximar do limite máximo do seu funcionamento legítimo. Ora, na noção kórneriana de paradigma categorial, nada encontramos, pelo menos explicitamente, que tenha o escopo "regulativo", e maximamente regulativo, que têm as Ideias kantianas (44).

A máquina transcendental kantiana não é pois, em rigor, um paradigma categorial na exacta acepção de Stephan Körner. Tem notoriamente um estatuto sumamente genérico e sumamente formal, e isso é que possibilita que ela possa recobrir vários paradigmas categoriais tomados na referida acepção. Na parte final deste estudo, e em complemento de algumas notas já avançadas nesse sentido, evidenciaremos melhor como se pode tornar efectiva essa possibilidade. Por agora, podemos concluir (repetindo-nos): o facto de ser impossível *demonstrar inconcussamente* a *unicidade* da máquina transcendental kantiana, não constitui um autêntico problema. Problema, como atrás dissemos, é saber se ela é "válida" e ainda "actual" para o domínio amplo para que foi elaborada. É saber, concomitantemente, se a sua "arquitectónica" foi ou não subvertida pelos desenvolvimentos mais recentes das ciências que se enquadram em tal domínio. Esse é o problema maior e restante, depois de já termos explicado, em primeira

(43) Cf. *CRPu*, p. 543.

(44) Sobre esta função das Ideias cf. *CRPu*, pp. 533 ss.

aproximação, como pode ela englobar vários paradigmas categoriais na acepção de Körner. Pode portanto, se não depararmos com motivos suficientes para o sua invalidação, ser identificada com a *Ontologia Geral e Formal* para o domínio fenoménico da Natureza.

III

MÁQUINA TRANSCENDENTAL E TEORIA TRANSCENDENTAL

Começamos por reafirmar que sem a intervenção dos formalismos do espaço e do tempo, de categorias e de juízos sintéticos *a priori*, não há ciência nem qualquer tipo de experiência possível. Nesses formalismos se implicam, a toda a extensão, os quatro enunciados inicialmente referidos. Insistimos que eles são válidos (com as óbvias adaptações...) para qualquer tipo de discurso. Não há discurso coerente e funcional sem uma organização e constituição de tipo transcendental.

Críticas a muitos dos "filosofemas" kantianos, entretanto, não faltam. Refiramos algumas que consideramos "exemplares". Jürgen Habermas denuncia o *fundamentalismo* "ahistórico" da teoria relativa ao conhecimento, assim como a pretensão de fixar *in aeternum* "os limites daquilo de que podemos fazer a experiência"⁽⁴⁵⁾. Jules Vuillemin, depois de realçar a íntima solidariedade entre a filosofia especulativa e a Física newtoniana, critica também, em geral, o "fixismo" do modelo kantiano do conhecimento: — quando Kant declara "que as condições da possibilidade da experiência são as mesmas que as condições da possibilidade dos objectos da experiência, ele imagina esta experiência como a estrutura eterna duma consciência dada uma vez por todas à reflexão filosófica"⁽⁴⁶⁾. Stephan Körner, por seu turno, seguindo o "leitmotiv" dos para-

(45) Jürgen Habermas, *Morale et communication* (1983), trad. Christian Bouchindhomme, Coll. "Passages", CERF, pp. 24-5.

(46) Jules Vuillemin, *Physique et métaphysique kantienne*, PUF, Paris, 1955, p. 359. A tese da "natureza imutável das categorias" seria conexas da referida "estrutura eterna"...

digmas categoriais, critica parte da pretensa validade das "deduções transcendentais" kantianas: como já sabemos, elas não demonstram a *unicidade* do sistema categorial nem a *unicidade* dos "Princípios do entendimento". Não é assim de estranhar, prossegue Körner, que a mecânica quântica, por exemplo, ao teorizar que a emissão da energia se processa descontinuamente, tenha invalidado o princípio da continuidade que o filósofo associou ao princípio da causalidade (⁴⁷).

Estas críticas têm o seu quê de plausibilidade (excepto, e em parte, a de Körner, por motivos já explanados). Cremos porém que estas e outras objecções que igualmente se podem fazer ao transcendentalismo kantiano derivam da não distinção entre o que temos designado por "máquina transcendental" e a "teoria transcendental" que a contorna e visa fundamentar. Torna-se indispensável, portanto, caracterizar melhor, e com o rigor possível, essa distinção. Sem ela é impossível avaliar as críticas mais significativas que habitualmente se fazem a Kant, as quais, à primeira vista, obstroem o espaço para uma resposta positiva às questões interpretativas que temos vindo a colocar.

Por "teoria transcendental" entendemos o conjunto doutrinal formado pela Estética Transcendental e pela Lógica Transcendental. Por "máquina transcendental" entendemos somente os elementos *a priori* que performam aquilo que Kant designa por objecto em geral ou experiência possível em geral. A teoria transcendental, pode também dizer-se, é a teoria em que se explica o funcionamento da própria máquina transcendental.

Ora, é nessa medida que aquela alia a esta enunciados ou "filosofemas" sem dúvida contestáveis (a divisão rígida entre o analítico e o sintético, por exemplo, a definição dos "juízos sintéticos *a priori*", etc.). Na teoria transcendental, sobretudo, podemos encontrar concepções particulares do espaço e do tempo que hoje não se afiguram omniválidas, "definições implícitas" das categorias que se revelam limitativas, conteúdos conferidos aos "Princípios do entendimento" que conflagram com os dados de algumas ciências mais recentes (da teoria da relatividade e da mecânica quântica, nomeadamente).

Sem dúvida que tudo isto se explica pelo facto de Kant, ao formular a sua teoria transcendental, se ter baseado no estado

(⁴⁷) Körner, *Metaphysics...*, pp. 184-5 e pp. 192-3.

das ciências do seu tempo. Por este prisma, sendo "actual" para a sua época, não o poderá ser para a nossa. Dada porém a distinção metodológica que acima estabelecemos, é lícito admitir que os "filosofemas" inactuais do kantismo são sobretudo *exemplos* ou *explicações* para os elementos *a priori* da própria máquina transcendental, e assim, nessa medida, em nada afectam a validade desta última (em si mesma estritamente considerada). Em suma: podem ser espúrios alguns enunciados da teoria transcendental, mas ser perfeitamente válida a architectónica da máquina transcendental. É isso, sobretudo, que procuraremos defender.

Mesmo a teoria transcendental, no entanto, pode ser interpretada de modo a tornar inanes a maioria das críticas que hoje se lhe podem fazer. É essa interpretação que de imediato passamos a efectuar, percorrendo dois dos "capítulos" axiais daquela teoria: a Estética Transcendental e a Lógica Transcendental.

1) A Estética Transcendental

Sem dúvida que a "caracterização" do espaço e do tempo na "exposição metafísica" desses dois "conceitos" não é omni-válida ⁽⁴⁸⁾.

O espaço, nomeadamente, é caracterizado como único (há só um espaço), como homogéneo, contínuo, infinito, e isso tanto colide, por exemplo, com a Física einsteiniana como com a micro-física. O espaço kantiano, por outro lado, é numa das suas vertentes um espaço geométrico de tipo euclidiano, e a pretensão da sua validade absoluta enfrenta o legado das geometrias não-euclidianas.

Pode no entanto manter-se que o filósofo, ao caracterizar o espaço daquele modo (e analogamente caracterizou o tempo: um tempo único, homogéneo, sucessivo, infinito), equacionou uma espécie de "ontologia espaço-temporal" compatível com a ontologia regional da Física clássica — mas, *simultaneamente*, uma de entre outras que igualmente poderia ter derivado da tese mais axial relativa à *idealidade transcendental* do espaço e do tempo (o espaço e o tempo são meras formas *a priori* da sensibilidade: nem são o

(48) Cf. *CRPu*, pp. 63-66 e pp. 70-1.

fundamento das coisas em si nem propriedades destas) (49). Do argumento kantiano a favor do carácter indiscutível da teoria exposta na Estética Transcendental, pode "deduzir-se", com efeito, a possibilidade de outros tempos e de outros espaços geométricos. Vejamos como.

Se, como defende o filósofo, só em função daquela idealidade transcendental se explica a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* da Geometria — e a certeza apodíctica deles (50) —, dir-se-á então que todos os tipos de geometria em que apareçam juízos sintéticos *a priori* se baseiam precisamente, em termos de possibilidade, num espaço globalmente caracterizado pela idealidade transcendental.

Analogamente, se só a idealidade transcendental do tempo possibilita os juízos sintéticos *a priori* incidentes sobre as "mudanças" e "movimentos" (51) — e logo a sua construção esquemática segundo relações de permanência, sucessividade e simultaneidade (52) —, dir-se-á que em todas as ciências onde apareçam juízos sintéticos *a priori* sobre "mudanças" e "movimentos", por diferentes que sejam daqueles que Kant equacionou, é um tempo ideal-transcendental que os torna possíveis.

Claro que estas ilações só são válidas se for verdadeiro que tais juízos são de facto sintéticos *a priori*, e se for verdadeira a teoria da idealidade transcendental. Ora, esta teoria afigura-se verdadeira justamente por existirem diferentes Geometrias e diversos tipos de juízos sintéticos *a priori* para as "mudanças" e "movimentos" (alguns deles inter-conflituantes). Por outro lado, será também verdadeira a existência de juízos sintéticos *a priori* se constataremos o carácter não simplesmente indutivista das ciências empíricas, ou se admitirmos, como temos de admitir, que em tais ciências se opera sempre uma transformação dos fenómenos em

(49) Cf. *CRPu*, pp. 68-9 e pp. 74-5.

(50) Cf. *CRPu*, pp. 81-2.

(51) Cf. *CRPu*, p. 72.

(52) É o que se admite nas "provas" dos "Princípios do entendimento" referidos às categorias da substância, da causalidade e da comunidade (ver *CRPu*, pp. 208 ss.).

objectos da experiência⁽⁵³⁾. Nesta perspectiva, é de somenos a questão de saber como é definível o exacto estatuto e a génese de tal espécie de juízos.

Temos enfim que o espaço e o tempo não passam de "formas de intuição *a priori*", "entidades" sem uma existência objectiva definida, e portanto são construíveis e determináveis geométrica e matematicamente segundo vários modos compossíveis. Ou seja: a teoria da Estética Transcendental é compatível com espaços e tempos diversos daqueles que Kant caracterizou na "exposição metafísica". Ela abre mesmo para a possibilidade deles, ainda que de modo só implícito⁽⁵⁴⁾.

A este respeito, aliás, há duas anotações relevantes que se coadunam com a nossa interpretação:

a) Kant apenas ofereceu uma "exposição metafísica" do espaço e do tempo (e é nela que os caracteriza), mas uma "exposição", segundo o filósofo, carece do estatuto duma definição apodíctica. É apenas a apresentação clara, *mas não pormenorizada*, "do que pertence a um conceito"⁽⁵⁵⁾. Tem portanto muito de precário e de indeterminado⁽⁵⁶⁾.

b) O próprio Kant, embora quando jovem, afirmou a possibilidade de outras geometrias para além da euclidiana: uma Geometria "de todos os espaços possíveis"⁽⁵⁷⁾. Por outro lado, nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza*, afirmou explicita-

(53) É esta, no essencial, a posição defendida por Jean Petitot, em "O 'retorno' a Kant em Epistemologia", trad. Isabel Belchior, *Análise*, n.º 15, Lisboa, 1991, pp. 37-76.

(54) No que às Geometrias se refere, é essa a posição defendida por Louis Couturat e por Bertrand Russell. Cf. Couturat, "La philosophie des mathématiques de Kant", *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. XII, 1904 (pp. 321-383), p. 377; Russell, *The Principles of Mathematics* (1903), George Allen & Unwin, London, 10.ª ed., 1979, parágr. 149, p. 158.

(55) *CRPu*, p. 64.

(56) Sobre a natureza das "exposições", ver também Kant, *Logique* (1800), trad. Louis Guillermit, J. Vrin, Paris, 3.ª ed. (revista e aumentada), 1982, pp. 152-3.

(57) Kant, *Gedanken von der Wahren Schätzung der Lebendigen Kräfte*, parágr. 10, 1747 (*apud* Louis Couturat, "La philosophie des mathématiques de Kant", ed. cit., p. 375).

mente que uma disciplina como a "matemática pura", diferentemente do que sucede com a Metafísica ou com a Filosofia Transcendental, nunca atinge a "integralidade absoluta": pode "estender-se até ao infinito"⁽⁵⁸⁾.

Concluindo: a doutrina da Estética Transcendental, se não exactamente na "letra", pelo menos no seu "espírito", é generalizável. Os "itens" espaço e tempo têm de intervir inevitavelmente como "algoritmos" *a priori* para a produção de qualquer tipo de discurso. Se admitirmos que, sob certos aspectos, esses "itens", na máquina transcendental kantiana, têm conteúdos precisos, teremos de admitir também que, pelo lado simplesmente estrutural, essa máquina é uma máquina "estética" volúvel. Envolve mesmo aquilo que a teoria dela expressamente não afirma. Esta teoria, aliás, é ela mesma uma teoria volúvel.

2) A Lógica Transcendental

a) *As Categorias*

Kant "deduziu" as categorias, como se sabe, dos vários tipos de juízos compendiados na Lógica aristotélica (na Lógica clássica). Fez no entanto intervir para o efeito, também, a sua "lógica transcendental". Por influência desta reteve "formas de juízos" que na tradição lógica se entendia serem redutíveis a outras (caso dos juízos singulares e infinitos), de modo a obter o que considerava serem os diferentes "momentos do pensamento"⁽⁵⁹⁾. As doze categorias constituiriam uma tábua ordenada e completa e, enquanto tal, serviriam mesmo de pedra de toque "para elaborar integralmente o plano *do todo que forma uma ciência*"⁽⁶⁰⁾. Já sabemos que foi delas que Kant se serviu para formar o plano dos *Princípios metafísicos da ciência da natureza* ⁽⁶¹⁾. As doze categorias, em suma, através da intervenção da matemática, constituiriam a base e o "módulo" a especificar em qualquer tipo de ciência propriamente dita ⁽⁶²⁾.

⁽⁵⁸⁾ *Princípios metafísicos...*, "Prefácio", p. 19.

⁽⁵⁹⁾ *CRPu*, pp. 104-5.

⁽⁶⁰⁾ *CRPu*, p. 113.

⁽⁶¹⁾ Cf., a propósito, *ibid.*

⁽⁶²⁾ Cf. *Princípios metafísicos...*, "Prefácio".

Ora, no que respeita ao t3pico das categorias, os motivos de cr3tica s3o sobretudo dois.

Primeiro. Se Kant tivesse seguido exaustivamente a ideia de que um ju3zo 3 fundamentalmente "a maneira de trazer 3 unidade *objectiva* da apercep33o conhecimentos dados"⁽⁶³⁾, poderia ter "deduzido" mais categorias do que aquelas que deduziu. Por exemplo: distintas categorias coligadas a distintas formas de ju3zos hipot3ticos⁽⁶⁴⁾, distintas categorias coligadas a distintos tipos de ju3zos universais, in3meras categorias coligadas a opera333es da teoria dos conjuntos, etc. Todavia, se dizer isto 3 em parte correcto (3 dist3ncia...), por outro lado 3 uma insensatez. N3o se pode pretender que Kant fosse o argonauta dos tempos futuros. Sendo um fil3sofo "actual" e rigoroso, para n3o cair em especula33es infundadas, serviu-se dos dados l3gicos no seu tempo dispon3veis. De qualquer modo: podemos muito bem seguir o princ3pio que Kant adoptou para derivar o seu sistema categorial e, com base nas l3gicas modernas, refinar ou ampliar esse mesmo sistema.

Segundo. As categorias, se encaradas como meros sincategoremias, s3o de facto indispens3veis para performar "unidades sint3ticas" sobre dados da intui333o e percep333o, como s3o, e por isso mesmo, de recurso incontorn3vel em todos os discursos cient3ficos (categorias em maior ou menor n3mero que doze). Acontece por3m que Kant deu um cont3udo mais ou menos preciso, pelo menos a algumas delas, nas "provas" dos "Princ3pios do entendimento". A subst3ncia, por exemplo, sendo caracterizada pela perman3ncia, 3 praticamente identificada com a mat3ria invariante da F3sica newtoniana⁽⁶⁵⁾. Todavia, como j3 sugerimos e melhor veremos adiante, podemos interpretar isso mais como um "exemplo" do que 3 uma subst3ncia do que como uma defini333o de subst3ncia.

Ali3s, 3 o pr3prio Kant que defende que as categorias n3o podem ser definidas⁽⁶⁶⁾. Tal como o espa3o e o tempo, e diferen-

(63) CRPu, p. 141.

(64) Assim observa, por exemplo, S. K3rner, em *Kant* (1955), Penguin Books, London, ed. de 1990, p. 50.

(65) Cf. CRPu, p. 214 e, sobretudo, p. 284.

(66) Na CRPu, p. 112-3, depois de as ter "apresentado", limita-se a dizer que n3o as definir3. Mas na p. 263 afirma expressamente que "as categorias, em si mesmas, nunca podem ser definidas" (porque isso envolveria circularidade). Cf. tamb3m p. 260: delas n3o se pode dar uma *defini333o real*.

temente dos conceitos matemáticos (os únicos que podem ser definidos com rigor), apenas podem ser "expostas". Isto é: segundo o filósofo, nunca podemos estar certos de ter apresentado claramente todos os elementos que, *de jure*, deveriam entrar na definição de qualquer das doze categorias ⁽⁶⁷⁾.

Concluindo: também por este lado, Kant deixou um espaço em aberto para a delimitação ulterior, e diferente daquela que implicitamente forneceu, das categorias. Também no que a este ponto se refere, a teoria transcendental é uma teoria volúvel. Afirma nomeadamente uma não unicidade definitória, e *in aeternum*, das categorias. Paralelamente: enquanto "peças" da máquina transcendental, as categorias kantianas são meros "sincategoremas". Nessa medida intervêm em qualquer discurso cognitivo particular, ainda que também "especificadas". Digamos que, devido à sua máxima "formalidade", elas podem ser "recategorizadas".

b) *Os Princípios do entendimento*

Os "Princípios do entendimento", já o sabemos, são juízos sintéticos *a priori* tidos como "supremos" ⁽⁶⁸⁾. É conhecida a sinuosa querela, sobretudo desde os empiristas lógicos, que se teceu em torno desses juízos. Para alguns filósofos eles simplesmente não existem, pelo menos no sentido indicado por Kant: as suas negações não são auto-contraditórias (ao contrário dos analíticos) e não são dependentes (geneticamente) da experiência ⁽⁶⁹⁾. Enquanto tal, e ainda no entender de Kant, seriam universais e necessários. Estariam sediados na própria razão humana — numa razão não sujeita a fluxos de historialidade.

Ora, ao lado dos que não aceitam a existência de juízos sintéticos *a priori*, filósofos há que afirmam que aqueles que Kant

⁽⁶⁷⁾ Cf. *CRPu*, pp. 590-1.

⁽⁶⁸⁾ A expressão é nossa. Justifica-se porque Kant afirma que eles "não assentam em conhecimentos mais elevados e de maior generalidade". (*CRPu*, p. 189; cf. também p. 195).

⁽⁶⁹⁾ Cf. *CRPu*, pp. 42-5. Para uma caracterização rigorosa dos juízos sintéticos *a priori* segundo Kant, ver S. Körner, *Kant*, ed. cit., pp. 22-9 e p. 103. Körner precisa, nomeadamente, que eles são "logicamente independentes de julgamentos que descrevam impressões sensoriais." (*id.*, p. 103).

delimitou nos "Princípios do entendimento" da *Crítica da razão pura* não são omniválidos. A microfísica, por exemplo, teria subvertido o princípio da causalidade (de tipo determinista), assim como o princípio do continuísmo que a esse outro está associado⁽⁷⁰⁾. A teoria da relatividade, por seu turno, teria invalidado o princípio da simultaneidade da acção e da reacção e o princípio da permanência da substância (identificada com a matéria).

Em face destas perspectivas aparentemente "derrotantes", entendemos oportunas as seguintes observações:

b.1) É muito provável que Kant tenha "deduzido" os "Princípios do entendimento" do "organigrama" da Física newtoniana da época. Os Princípios das "analogias da experiência", muito em particular (os princípios relativos às categorias da substância, da causalidade e da comunidade), parecem decalcados nas três leis fundamentais da mecânica newtoniana⁽⁷¹⁾. Mesmo que isso se admita, eles não são, como veremos, a mera reprodução dessas leis — são antes a sua transfiguração generalizada.

Contra Kant, não é pois implausível defender que os juízos sintéticos *a priori* que equacionou incorporam um certo *rasto* de experiência: de uma experiência pelo menos discursiva. Mas também não é implausível defender que, tal como exactamente os "formulou", foram esses juízos que tornaram possível a construção de tal experiência discursiva (de tipo newtoniano), e portanto, pelo menos até certo ponto, têm um estatuto *a priori* — um estatuto independente de experiências concretas (de experiências empíricas).

Seja como for, é indiscutível que é necessário recorrer a juízos sintéticos *a priori* para efectuar qualquer experiência cognitiva: para transformar os fenómenos em objectos da experiência (como

(70) Para esta associação, ver *CRPu*, pp. 204-5, pp. 230-1, pp. 247-8. A crítica referida, como já atrás se indicou, é feita, nomeadamente, por S. Körner. Essa, como as que a seguir se mencionam, são entretanto críticas bastante recorrentes, pelo que é dispiciendo apontar os seus autores.

(71) É esta, no essencial, a tese defendida por Jules Vuillemin na obra já atrás citada: *Physique et métaphysique kantienne*. Como indica no "Prefácio" (p.1), o seu objectivo é estudar a filosofia kantiana do conhecimento "em função da teoria kantiana da física". Defende Vuillemin, inclusivamente, que todas as obscuridades que repassam os "Princípios do entendimento", tal como Kant os equacionou na *CRPu*, logo se dissipam se as esclarecermos através das ideias que o filósofo expressou sobre a Física nos *Princípios metafísicos...* (*ibid.*).

já dissemos atrás). A "necessidade" deles, em suma, tem fundamentalmente a ver com a sua indispensabilidade para o conhecimento científico (72). Problema diferente é o conteúdo diverso que se lhes pode conferir. É diverso também — e um problema ainda subsistente —, o problema de definir o seu exacto estatuto genético e funcional.

b.2) Sucede entretanto, já o sugerimos, que Kant apresentou os Princípios em questão na sua máxima generalidade. Digamos: como meras "fórmulas" que podem receber especificações e conteúdos diversos. Veja-se, por exemplo: "*Todas as intuições são grandezas extensivas*" — o Princípio que regula as categorias da Quantidade (73). Ou este: "*Em todos os fenómenos o real, que é o objecto de sensação, tem uma grandeza intensiva, isto é um grau.*" — Princípio que regula as categorias da Qualidade (74). Assim expressos, estes Princípios afiguram-se omniválidos para o domínio fenoménico da Natureza. O mesmo sucede com os Princípios das "analogias da experiência", formulados aliás de forma significativamente diferente na 1.ª e na 2.ª ed. da *Crítica da razão pura*. Vejamos essas formulações:

i) "Todos os fenómenos contêm algo de permanente (*substância*) considerado como o próprio objecto e algo de mutável como sua mera determinação, isto é, como um modo de existência do objecto" (1.ª edição) // "Em toda a mudança dos fenómenos, a substância permanece e a sua quantidade não aumenta nem diminui a natureza" (2.ª edição) (75).

ii) "Tudo o que acontece (começa a ser) supõe alguma coisa a que sucede, segundo uma regra." (1.ª edição) // "Todas as mudanças acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito." (2.ª edição) (76).

iii) "Todas as substâncias, na medida em que são simultâneas, estão em comunidade universal (isto é, num estado de acção recíproca." (1.ª edição) // "Todas as substâncias, enquanto

(72) Körner, *Kant*, ed. cit., p. 25.

(73) *CRPu*, p. 198.

(74) *CRPu*, p. 201.

(75) *CRPu*, p. 212.

(76) *CRPu*, p. 217.

susceptíveis de ser percebidas como simultâneas no espaço, estão em acção reciproca universal." (2.^a edição) (77).

Em face destas "fórmulas" é fácil de constatar que as críticas que se fazem aos "Princípios do entendimento" equacionados por Kant, nomeadamente aquelas que atrás se referiram, não atingem rigorosamente o alvo. Podem atingir aquilo que atrás designámos por "teoria transcendental", mas não o que designámos por "máquina transcendental". É que, nesta, o que conta são as "fórmulas" daqueles Princípios, e não os "exemplos" ou "explicações" epocais que Kant delas forneceu para as "provar" (para tal, tinha de se socorrer dos dados científicos no seu tempo disponíveis) (78). Em conclusão: cremos que as "fórmulas" dos "Princípios do entendimento" não estão em contravenção com os dados de nenhuma ciência actual. Naquelas, por exemplo, não se diz exactamente o que é a substância, e a "fórmula", então, tanto se pode aplicar à "matéria" da Física clássica, como à "matéria-energia" da Física einsteiniana ou da microfísica — que se subordina à lei da conservação (79).

Já sugerimos que Kant, no desenvolvimento das "fórmulas", acaba por defender princípios como o da continuidade das mudanças, que na natureza nada acontece por "acaso cego", que não há "saltos" na "série dos fenómenos (mudanças)", que não há lacunas ou hiatos "entre dois fenómenos, no conjunto das intuições empíricas no espaço" (80). Estes "filosofemas", ou pelo menos alguns deles, conflagram certamente com o tipo de experiência da Física não-clássica. Repetimos porém: Kant, ao equacioná-los, está mais a dar "exemplos" de validade circunscrita, do que a fornecer um conteúdo determinado e *in aeternum* às "fórmulas" dos "Princípios do entendimento".

Entendemos, em suma, que também no que a estes se refere, há uma distinção a fazer entre a "máquina transcendental" propriamente dita e a "teoria transcendental". Diferentemente desta,

(77) CRPu, p. 232.

(78) Significativo disso, pelo menos implicitamente, é o que Kant afirma na CRPu, p. 196.

(79) Cf. Richard Feynman, *La nature de la physique* (1965), trad. Hélène Isaac, Lévy-Leblond e Françoise Balibar, Seuil, Paris, 1980, pp. 79-91.

(80) CRPu, pp. 247-8.

aquela é omníválida e de suma generalidade. Está delimitada pelo lado da máxima formalidade e respeita somente ao objecto em geral — a qualquer objecto da experiência possível.

b.3) Dá-se entretanto um caso de extraordinário alcance para os problemas que temos vindo a enfrentar. É que a "teoria transcendental" kantiana "teoriza" a possibilidade do seu próprio refinamento e, inclusive, a eventual necessidade de se ter de alterar tanto aquilo que temos designado por "fórmulas" como aquilo que temos apelidado de "exemplos" ou "explicações" (dessas "fórmulas").

Kant, com efeito, depois de referir a precaridade das *provas* filosóficas por relação às *demonstrações* matemáticas (sendo de notar que só aquelas podem "fundamentar" tais "fórmulas" ou o seu conteúdo), diz-nos o seguinte:

"A razão, (...) nas suas investigações transcendentais, não poderá olhar à sua frente tão confiadamente, como se o caminho que percorreu venha a conduzir directamente ao fim; nem contar com as premissas que tomou, com tanta audácia, por fundamento, que não sinta a necessidade de se voltar muitas vezes para trás e ver se por acaso não se descobrem, na marcha dos raciocínios, erros que lhe teriam escapado nos princípios e tornassem necessário ou determinar melhor esses princípios, ou mudá-los completamente." ⁽⁸¹⁾.

Este trecho é inteiramente consonante com o conhecido tópico kantiano da *Crítica* — a crítica que deve exercer-se sobre todas as pretensões da Razão humana. Mais em particular, entretanto, ele indica-nos que nenhuns princípios que se adoptem podem ser tidos como absolutamente seguros ou impassíveis de refinamentos e desenvolvimentos. Porque não incluir neste cenário, *por hipótese*, tanto as "fórmulas" dos "Princípios do entendimento", como e sobretudo os seus "exemplos" ou "explicações"?

Temos pois que, no seu todo, a teoria transcendental é suficientemente "elástica" para absorver as críticas que a alguns dos seus enunciados podem ser feitas. Temos aí um horizonte teórico que torna pelo menos unilaterais, inclusivamente, as críticas de Habermas, de Vuillemin e de Stephan Körner (atrás referidas como "prototípicas"). Em rigor, não há em Kant nenhum *funda-*

⁽⁸¹⁾ CRPu, p. 594.

mentalismo "fixista" nem uma panóplia de factores *a priori* (singularizados) tidos como radicalmente imutáveis. O que ele especificou de determinada maneira, a própria teoria transcendental, sempre vigiada pela ideia axial e persistente da *Crítica*, sugere que pode eventualmente ter de ser especificado de maneira diferente. O próprio Kant, enfim, abre as portas da crítica (pelo menos possível) a alguns "filosofemas" que equacionou. Muitos deles são criticáveis segundo uma certa perspectiva. Não cremos, porém, que se possa criticar pertinentemente a architectónica da "máquina transcendental". Por isso, e apesar do que se disse, insistimos uma vez mais: esta deve distinguir-se metodologicamente da "teoria transcendental". A máquina transcendental tem uma generalidade e uma formalidade tais que todas as suas "peças" orgânicas podem ser diversamente especificadas para diferentes domínios fenoménicos da Natureza.

IV

UM META-PARADIGMA. ESPECIFICAÇÕES REGIONAIS. ACTUALIDADE

Analisada a "teoria transcendental", concluímos que a maioria das críticas que a Kant se fazem não atingem pelo menos a sua "máquina transcendental". Vimos nomeadamente que esta não foi invalidada, na sua architectónica intrínseca, pelos dados das ciências mais recentes. Deve-se isto — mais uma vez o repetimos — ao facto de ela ser dotada da máxima generalidade e formalidade.

Por esta razão, como já antes fizemos entrever, é que a máquina transcendental kantiana não é um paradigma categorial na exacta acepção de Stephan Körner. Pode englobar vários paradigmas categoriais. É agora oportuno explicitar melhor esta possibilidade, para depois, finalmente, desenvolvermos alguns tópicos referentes à *validade* e *actualidade* da referida "máquina".

Recordemos o motivo central por que ela não é exactamente um paradigma categorial no sentido de Körner. Não o é, sobretudo, porque as categorias e os "Princípios do entendimento", enquanto "peças" da máquina transcendental, não chegam a ser *atributos* e *princípios* verdadeiramente *constitutivos* de qualquer experiência "discursiva" concreta. Para funcionarem como tal, essas "peças"

devem ser *especificadas* em acordo com o objecto empírico desta ou daquela "ontologia regional".

Foi exactamente isso o que fez Kant — como também já atrás indicámos — nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Repetindo-nos parcialmente, vejamos agora melhor como o filósofo procedeu.

Nessa obra ele especifica a máquina transcendental para o domínio da Física newtoniana: para o objecto—"matéria" fundamentalmente concebido como "movimento"⁽⁸²⁾. Os quatro capítulos da Física — a Cinemática, a Dinâmica, a Mecânica e a Fenomenologia —, são aí tratados, basilarmente, segundo o "leitmotiv" dos quatro tópicos das categorias (a Quantidade, a Qualidade, a Relação e a Modalidade). Mas de facto de um modo que implica a especificação e a reconstrução das próprias categorias. Eis como Kant explica o procedimento global a que recorreu:

"O esquema para a integralidade de um sistema metafísico, quer da natureza em geral, quer da natureza corpórea em particular, é a tábua das categorias. Pois, não existem mais puros conceitos do entendimento que possam concernir à natureza das coisas. Entre as suas quatro classes, as da *grandeza*, da *qualidade*, da *relação* e, por fim, da *modalidade*, devem poder incluir-se também todas as determinações do conceito universal de uma matéria em geral, por consequência, tudo o que dela se pode pensar *a priori*, tudo o que se pode representar na construção matemática ou que, na experiência, dela pode ser dado como objecto determinado. Nada mais há aqui a fazer, a descobrir ou a acrescentar, mas, quando muito, melhorar onde houver falta de claridade ou de solidez." ⁽⁸³⁾.

As categorias enquanto "puros conceitos do entendimento" (é de sublinhar esta expressão), fornecem pois o módulo de construção dos vários capítulos do "sistema metafísico" da natureza física. Elas serão no entanto congregadas (e assim especificadas) às determinações próprias do objecto que se pretende estudar (a matéria em geral), assim como intimamente inseridas nos modismos da "construção matemática" que é possível efectuar no âmbito das várias sobredeterminações desse objecto: a matéria

⁽⁸²⁾ *Princípios metafísicos...*, pp. 19-22.

⁽⁸³⁾ *Ibid.*

considerada como "o que é móvel no espaço" — no quadro da Cinemática ⁽⁸⁴⁾; a matéria considerada como "o móvel enquanto enche um espaço" — no quadro da Dinâmica ⁽⁸⁵⁾; a matéria considerada como "o elemento móvel enquanto tem, como tal, força motriz" — no quadro da Mecânica ⁽⁸⁶⁾; a matéria considerada como "o móvel na medida em que, enquanto tal, pode ser objecto da experiência" — no quadro da Fenomenologia ⁽⁸⁷⁾.

Estas quatro sobredeterminações da matéria como movimento são simultaneamente, enfim, sobredeterminações dos conceitos puros da Quantidade, da Qualidade, da Relação e da Modalidade. Dizer isto é o mesmo que dizer que naqueles quatro capitulos da Física, as categorias são especificadas em acordo com tais sobredeterminações e segundo a possibilidade de tratamento matemático dessas mesmas sobredeterminações (nas suas várias "nuances"). Podemos pois afirmar, generalizando: o que Kant faz nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza* é uma reconstrução matemática das categorias, ao mesmo tempo que uma especificação conteudal de todas elas. Assim, e a título de exemplo, a categoria da substância é especificada como a permanência da mesma quantidade de matéria — no quadro da Mecânica ⁽⁸⁸⁾ —, e a categoria da pluralidade como "pluralidade das direcções numa só e mesma linha" — no quadro da Cinemática ⁽⁸⁹⁾.

Os "Princípios do entendimento", por seu lado, e como é fácil de entrever (dado que eles são "regras" gerais da aplicação empírica das categorias) ⁽⁹⁰⁾, são especificados de maneira análoga. Os Princípios da "analogias da experiência", por exemplo, são especificados, respectivamente, como a lei da permanência da mesma quantidade da matéria no decurso de "todas as modificações da natureza corporal" ⁽⁹¹⁾, como a lei da inércia aplicável a toda "a mudança da matéria" ⁽⁹²⁾, e como a lei da igualdade da acção

⁽⁸⁴⁾ *Id.*, p. 25.

⁽⁸⁵⁾ *Id.*, p. 43.

⁽⁸⁶⁾ *Id.*, p. 87.

⁽⁸⁷⁾ *Id.*, p. 105.

⁽⁸⁸⁾ *Id.*, p. 102.

⁽⁸⁹⁾ *Id.*, p. 42.

⁽⁹⁰⁾ Cf. *CRPu*, pp. 196-7.

⁽⁹¹⁾ *Princípios metafísicos...*, p. 93.

⁽⁹²⁾ *Id.*, p. 95.

e da reacção válida para "toda a comunicação do movimento"⁽⁹³⁾. Dizer que os "Princípios do entendimento" — os Princípios da máquina transcendental — são assim especificados, não é porém tudo nem o mais relevante para o fim teórico que temos em vista. O mais relevante, já atrás o sublinhámos, é que Kant entende só poder efectuar as demonstrações das três leis referidas tomando por fundamento, exactamente, os Princípios das "analogias da experiência" tal como "formulados" na *Crítica da razão pura* ⁽⁹⁴⁾.

Em suma, e por tudo isto: temos aí razões suficientes para manter e caucionar a tese também já atrás enunciada — a máquina transcendental kantiana não é propriamente um paradigma categorial à Körner. Vimos, em termos gerais, como Kant a especificou para o domínio de uma "ontologia regional" particular. A orgânica constitutiva desta, isso sim, é que pode ser identificada com aquela noção de Körner ⁽⁹⁵⁾. Por outro lado: é evidente que aquela "máquina" pode ser especificada para "ontologias regionais" diferentes daquela que Kant explicitou. Para tal, basta seguir os mesmos critérios gerais que o filósofo seguiu, incluindo o critério liminar para que os factores *a priori* tenham uma aplicabilidade incidente sobre o "objecto" de tal ou tal domínio ontológico específico: tomar da experiência exclusivamente "o necessário para nos dar" esse mesmo objecto, seja qual for a sua natureza ⁽⁹⁶⁾. Em conclusão: é na medida em que se podem seguir esses critérios

⁽⁹³⁾ *Id.*, p. 97.

⁽⁹⁴⁾ Cf. *id.*, pp. 93-6.

⁽⁹⁵⁾ Afirmámos, na Secção II deste estudo, que a referida "ontologia regional" podia ser identificada com a noção kuhniana de "paradigma". As duas "identificações" não são incompatíveis. Basta perspectivar tal "ontologia regional" segundo uma óptica mais ou menos "conteudal", menos ou mais formal (respectivamente).

⁽⁹⁶⁾ Cf. *CRPu*, p. 667. A única cláusula kantiana é que se trate de "objectos dos sentidos" — quer dos "sentidos externos" (e o objecto então é a "natureza corpórea"), quer "do sentido interno" (e o objecto então é a "natureza pensante") — *id.*, p. 666. No essencial, mantemos essa cláusula, muito embora a "objectos dos sentidos" não possamos dar hoje a mesma conotação que implicitamente lhe atribuíra Kant. Por outro lado, temos algumas dúvidas no que se refere à "natureza pensante", que o filósofo identificava com "a alma" (*ibid.*). Isto é: não entrevemos bem como a máquina transcendental kantiana, tal como a delimitámos, pode ser inteiramente especificada para o domínio delimitado por aquela expressão... Trata-se para nós, enfim, duma questão em aberto...

ou procedimentos que a máquina transcendental kantiana pode de facto englobar vários paradigmas categoriais na acepção de Stephan Körner. O que é o mesmo que dizer: podemos usar todas as suas "peças", por serem da máxima generalidade e formalidade, para "construir" várias "ontologias regionais".

Significa isto que a máquina transcendental de que nos ocupamos é uma espécie de *Paradigma de todos os Paradigmas*? Certamente que não, desde logo porque ela não é válida, segundo o próprio Kant, para o domínio do supra-sensível, como também não é válida para os domínios estético e teleológico. Para estes domínios, respectivamente sob a alçada da *razão prática* e da *faculdade de julgar* (enquanto "faculdades superiores do conhecimento"), o filósofo equacionou outros modelos de *legislação a priori*. Isto é: outras máquinas transcendentais⁽⁹⁷⁾.

Sustentamos, no entanto, que ela já é o "Paradigma dos paradigmas" para o domínio da Natureza. Em favor desta tese é que se tem dirigido toda a nossa argumentação. Cremos que ela já está razoavelmente consolidada. Estamos em condições de afirmar, enfim, que a máquina transcendental em apreço pode ser identificada com a *Ontologia Geral e Formal* do domínio acima referido. Para melhor caucionar tal afirmação, entretanto, não é dispiciendo encarar frontalmente a questão da sua *validade* e *actualidade*, acrescentando mais alguns argumentos a outros que para trás foram sendo avançados. Indiquemos pois, numa síntese final, os principais tópicos respeitantes a tal validade e actualidade:

(A) Os quatro enunciados referidos na primeira Secção do presente Ensaio, repetimos mais uma vez, são enunciados perfeitamente legítimos. São mesmo generalizáveis, com pequenas alterações, para todos os domínios ontológicos submetidos a qualquer tipo de discursividade. A razão fundamental é a seguinte: sem uma rede de instrumentos *a priori*, sejam eles de que natureza forem (podem ser *a priori* "históricos"), nunca se pode introduzir nenhuma forma de inteligibilidade na ordem múltiplice e desgarrada dos objectos. Nunca os conseguiremos converter em "objectos do discurso" ou em "objectos da experiência" (dos vários tipos de "experiência" a que podemos aceder).

⁽⁹⁷⁾ Cf. a este respeito Kant, *Critique de la faculté de juger* (1790), trad. A. Philonenko, J. Vrin, Paris, 1989, pp. 21-42 ("Introduction").

(B) A distinção entre coisas-em-si e fenómenos afigura-se incontroversa, desde logo se admitirmos a tese da idealidade transcendental de qualquer forma de espacialidade. (É dispensável, neste momento, repetir argumentos em favor dessa tese). Vários tipos de espaço mais não são que várias formas de "doação" ou "manifestação" de objectos que logo por aí se submetem a um processo de "diferição". Podemos dizer que se trata de várias formas *a priori* de sensibilidade. A "sensibilidade", enquanto modo de recepção, não tem é que ser exclusivamente identificada com uma faculdade do Sujeito.

Incontroversa, também, parece ser a distinção hierarquizada entre intuições, percepções, conceitos empíricos, categorias e Ideias. E incontroversa, igualmente, a distinção entre fenómenos e objectos da experiência. Aqueles são "dados", mas ainda relativamente indeterminados, pelas formas gerais da doação⁽⁹⁸⁾. Estes são construídos activamente pelos "itens" lógico-transcendentais do conhecimento *a priori*.

(C) Há o princípio basilar que subjaz a todos os Princípios das "analogias da experiência". É a seguinte a fórmula desse princípio: "*A experiência só é possível pela representação de uma ligação necessária das percepções.*"⁽⁹⁹⁾.

Ora este princípio, e sobretudo este, é um princípio omníválido. As percepções ou "experiências imediatas" dos objectos são casuísticas e desconexas, sendo necessário, para as inserir em horizontes de inteligibilidade e racionalidade, recorrer a "ligações"; — a conexões e sínteses que nos permitam ultrapassar aquilo que imediatamente nos é dado. Para tal é que têm de intervir categorias e Princípios transcendentais.

A propósito dos Princípios enunciados nas "analogias da experiência" (já citados atrás: referidos às categorias da substância, causalidade e comunidade), defende Fernando Gil que a formulação deles (e especialmente a fornecida na 1.^a ed. da *Crítica...*) "não é simplesmente solidária do estado das questões científicas da altura"; — nem é sequer solidária da "própria interpretação kantiana da física" tal como exposta nos *Princípios metafísicos* ...

⁽⁹⁸⁾ "Fenómeno", com efeito, é segundo Kant o "objecto indeterminado de uma intuição empírica". (CRPu, p. 61).

⁽⁹⁹⁾ CRPu, p. 208.

e no *Opus Postumum* ⁽¹⁰⁰⁾. Precisa ainda Fernando Gil que o princípio supremo das analogias acima enunciado, é uma tese "que excede em muito a física". E acrescenta: "a legalidade científica é apenas um aspecto da legalidade da experiência. Levando ao extremo, seríamos tentados a pretender que sem a ciência física a teoria das analogias deveria ser a mesma, como ressalta da linguagem utilizada na 1.^a edição..." ⁽¹⁰¹⁾.

Concordamos inteiramente com esta perspectiva. Especificaremos por nossa parte: sem uma ligação necessária de percepções (mas acrescentaríamos: ou de intuições, ou de sentimentos, ou de afectos, ou de conceitos, ou de simples dados de imaginação), nenhuma experiência discursiva se afigura possível.

(D) O tópico da "ligação necessária das percepções" implica a integração das *condições de possibilidade* da experiência na *forma* do conhecimento. É isso, basicamente, que Kant explica na *Estética Transcendental* e na *Lógica Transcendental*, nomeadamente na dedução transcendental das categorias e nas "provas" dos "Princípios do entendimento". Ora, é aquele tipo de integração, como vinca Jean Petitot, que se faz em todas as ciências, muito embora segundo modos particulares exigidos pelos respectivos "objectos" e experiências ⁽¹⁰²⁾. Na sua forma mais global, a exigência de tal integração está implicada no conhecido princípio kantiano que subjaz a todos os "Princípios do entendimento": "as condições da *possibilidade da experiência* em geral são, ao mesmo tempo,

⁽¹⁰⁰⁾ Fernando Gil, *Mimesis e negação*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1984, p. 487.

⁽¹⁰¹⁾ *Ibid.*

⁽¹⁰²⁾ Jean Petitot, "O 'retorno' a Kant em Epistemologia", trad. Isabel Belchior, *Análise*, n.º 15, Lisboa, 1991, (pp. 37-76), p. 62, *passim*. Consideramos este Ensaio de particular relevância para uma interpretação "actualizada" do kantismo. No essencial, Petitot defende que o "transcendentalismo" kantiano é ainda inteiramente válido, se não "na letra" pelo menos no "espírito" que o anima. É de boa "ética" referir que o nosso estudo, em significativa medida, foi "motivado" pelo referido Ensaio. Todavia, os vectores teóricos (pontuais) que dele expressamente colhemos, foram ou serão assinalados no texto. É oportuno salientar, por último, que enquanto a interpretação de Jean Petitot tem exclusivamente por referência a Epistemologia, a nossa, sem excluir aquela, tem sobretudo por referência a Ontologia (um certo tipo de Ontologia, é claro).

condições da *possibilidade dos objectos da experiência* e têm, por isso, validade objectiva num juízo sintético *a priori*." (103).

Aquela integração, em suma, é a chave da aplicação das categorias aos fenómenos a fim de os objectivar, a chave dos conteúdos particulares a conferir aos "Princípios do entedimento" (enquanto juízos sintéticos *a priori*), assim como a chave para a especificação de formas de "intuições puras" coligadas às espacialidades e temporalidades (104). Ou seja: a forma peculiar de tal integração — sublinhe-se uma vez mais — depende do objecto da "ontologia regional" que vai ser submetido a tratamento cognitivo. Já vimos que foi sob esta cláusula que Kant procedeu nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Para que todos os elementos *a priori* tenham aplicabilidade específica, como sinaliza o filósofo e nós já atrás referimos, nada mais é necessário do que tomar da própria "experiência" (típica de uma Ontologia regional) "o necessário para nos dar um objecto" (105). Ora, se este procedimento é válido para a "matéria" concebida como "movimento", igualmente o será (também já atrás o dissemos) para qualquer outro objecto a tratar cientificamente (106). Isto é: deve saber-se, primeiro, quais as condições gerais da possibilidade da experiência para um sector óptico particular (o que tem de ser indagado por via empírica, abduativa ou hipotética), e só depois, naturalmente, podem integrar-se essas condições na *forma* do conhecimento relativa a esse sector.

(E) A máquina transcendental kantiana, entretanto, pressupõe a aplicação das matemáticas. Uma das ideias centrais de Kant, com efeito, é que sem a intervenção das matemáticas não há ciências propriamente ditas (107). É a doutrina da Estética Transcendental, como sabemos, que explica a possibilidade de cons-

(103) CRPu, p. 195.

(104) Cf. Jean Petitot, "O 'retorno' a Kant em Epistemologia", ed. cit., p. 53.

(105) CRPu, p. 667. Cf. também *Princípios metafísicos...*, p. 16.

(106) Ver como essa possibilidade está contemplada nos *Princípios metafísicos...*, *ibid.*

(107) Cf. o "Prefácio" aos *Princípios metafísicos...*

trução dos conceitos e juízos sintéticos *a priori* da Geometria e da matemática pura ⁽¹⁰⁸⁾.

Tais juízos, quanto à sua aplicabilidade empírica, fundamentam-se todavia nos juízos sintéticos *a priori* de maior generalidade que são os "Princípios do entendimento" ⁽¹⁰⁹⁾. Estes repartem-se em quatro rubricas, segundo os quatro tópicos das categorias: os "axiomas da intuição" (para as categorias da Quantidade), as "antecipações da percepção" (para as categorias da Qualidade), as "analogias da experiência" (para as categorias da Relação), e os "postulados do pensamento empírico em geral" (para as categorias da Modalidade) ⁽¹¹⁰⁾.

Kant, porém, introduz uma divisão em todos esses Princípios que é de extraordinário alcance. Divide-os ele em *matemáticos* ou "constitutivos" da forma de intuir os fenómenos, e em *dinâmicos* ou meramente "regulativos" para a intuição empírica da existência e relações de existência entre fenómenos ⁽¹¹¹⁾. Quer os princípios matemáticos quer os dinâmicos são "constitutivos" por relação à experiência em geral; — porque sem eles esta seria impossível ⁽¹¹²⁾. Mas enquanto os primeiros são *imediatamente determinantes*, ou melhor, regulam a efectuação imediata de sínteses entre *elementos homogêneos* (grandezas extensivas e intensivas) que, enquanto tal, podem ser tratados matematicamente, os segundos são apenas *mediatamente determinantes*: — incidem sobre *elementos heterogêneos* e contingentes (elementos-efeito e elementos-causa, por

⁽¹⁰⁸⁾ Não cabe agora discutir se ocorrem, nessas disciplinas, juízos sintéticos *a priori* no exacto sentido de Kant. Deixemos no ar, apenas, a seguinte interrogação: mesmo que se admita que os enunciados dessas disciplinas são analíticos, por decorrerem de axiomas e postulados basilares, qual é o estatuto de tais axiomas e postulados?

⁽¹⁰⁹⁾ Cf. *CRPu*, pp. 189-90, pp. 195-6 e pp. 592-3.

⁽¹¹⁰⁾ *CRPu*, p. 197.

⁽¹¹¹⁾ Cf. *CRP*, p. 196 e pp. 210-11.

⁽¹¹²⁾ Cf. *CRPu*, pp. 546-7.

exemplo) que, enquanto tal, só podem ser sintetizados de maneira mediata através de heurísticas e experiências concretas ⁽¹¹³⁾.

Esta distinção é sem dúvida de primordial importância e actualidade.

Se os princípios matemáticos são imediatamente *determinativos*, é porque "regulam" a aplicação da geometria e da matemática aos fenómenos (o cálculo infinitesimal, nomeadamente). Ou melhor: indicam as condições de possibilidade de tal aplicação. Eles coligam-se assim ao "organigrama" da Estética Transcendental, na medida em que a sua determinabilidade (por relação à intuição e antecipação das percepções) advém dos cálculos geométricos e matemáticos que é possível efectuar, ainda que em termos meramente virtuais, sobre os dados fenoménicos nos seus "aspectos" formais extensivos e intensivos (sobre distâncias, massas e pesos, por exemplo). Neles se inscreve, em suma, a possibilidade e necessidade de intervenção das matemáticas para se formarem objectos da experiência concreta (no âmbito da física matemática).

Os princípios dinâmicos, esses, só podem funcionar como *princípios heurísticos*. Dado que incidem sobre aquilo que na experiência é existencialmente contingente, apenas fornecem uma "regra" para a "procura" e ulterior determinação do que se encontra: a causa concreta de uma dada mudança, por exemplo. Feito isso, pode vir então o arsenal matemático pressuposto pelos "princípios matemáticos" para uma determinação cabal e final. Ou seja: os fluxos dinâmicos da experiência são finalmente "absorvidos" pelo organigrama matemático — podem também eles ser tratados matematicamente ⁽¹¹⁴⁾.

⁽¹¹³⁾ Sobre a distinção em apreço cf. também importante trecho em *CRPu*, p. 586. Aí se explica como ela repousa nos dois elementos dos fenómenos: "a forma da intuição (espaço e tempo), que pode ser conhecida e determinada completamente *a priori*, e a matéria (o elemento físico) ou o conteúdo, que significa algo que se encontra no espaço e no tempo, e que, por conseguinte, contém uma existência e corresponde à sensação. Com respeito ao último elemento, que nunca pode ser dado de maneira determinada a não ser empiricamente, não podemos ter nada *a priori* que não sejam conceitos indeterminados da síntese de sensações possíveis".

⁽¹¹⁴⁾ É de referir que, como não podia deixar de ser, também as categorias se dividem em categorias *matemáticas* (as da Quantidade e da Qualidade) e *dinâmicas* (as da Relação e da Modalidade). Como sucede com os respectivos Princípios, as primeiras referem-se "aos objectos da intuição (tanto pura como empírica)", e as segundas "à existência desses objectos (quer em relação entre eles, quer em relação com o entendimento)". (*CRPu*, p. 106).

Esta relação entre princípios matemáticos e dinâmicos, sejam de que cariz eles forem, afigura-se um "modelo" de recorrência indispensável em todas as ciências "empíricas". As ciências modernas, como a teoria da relatividade ou a microfísica, desenvolveram-se sob esse modelo funcional, ainda que tenham lançado mão de instrumentos matemáticos inexistentes no tempo de Kant. Em todas elas, como sublinha Jean Petitot, há uma "redução do 'dinâmico' ao 'matemático' (da existência à essência)", particularmente "através da geometrização do físico."⁽¹¹⁵⁾. É inclusive mediante esse procedimento que se leva a cabo uma empresa só ao de leve vislumbrada por Kant no *Opus Postumum*: o aprofundamento progressivo da interioridade dinâmica das "substâncias" através da introdução de outras grandezas "internas" para além da "massa"⁽¹¹⁶⁾.

Tal procedimento não deixa de implicar reformulações dos juízos sintéticos *a priori* e, em geral, do conhecimento *a priori*⁽¹¹⁷⁾. Implica, concomitantemente, reformulações de estéticas transcendentais: novas métricas espaciais, matemáticas diferentes do cálculo infinitesimal. Tudo isso, porém, está pelo menos no "espírito" do kantismo. Por um lado, segundo o filósofo (e como já sabemos), para um domínio ontológico particular é preciso efectuar uma especificação-determinativa e uma "construção matemática" das categorias⁽¹¹⁸⁾. Por outro lado, se Kant afirmava que não há ciência sem a intervenção da matemática, admitia também que esta disciplina se podia desenvolver "até ao infinito"⁽¹¹⁹⁾. Em suma: é de supor que, para ontologias regionais diferentes, tenham de intervir matemáticas diferentes, e, logo, categorias e juízos sintéticos *a priori* diferentemente especificados. É através de dis-

(115) Jean Petitot, "O 'retorno' a Kant em Epistemologia", ed cit., p. 58.

(116) Cf. Jean Petitot, *ibid.* Sobre as ideias expressas no *Opus Postumum*, e no sentido indicado, cf. Bernard Rousset, *La doctrine kantienne de l'objectivité*, J. Vrin, Paris, 1967, pp. 629 ss. (onde se encontram excertos significativos do *Opus...*).

(117) Aspecto suficientemente realçado no Ensaio de Jean Petitot, que temos vindo a referir.

(118) Cf. *Princípios metafísicos...*, p. 16, pp. 19-21. O tópico da "construção matemática" das categorias é também sobejamente sublinhado no Ensaio de Jean Petitot.

(119) *Princípios metafísicos...*, p. 19.

tintas geometrias e matemáticas, nomeadamente, que se "geram" Estéticas distintas ou distintos modos de "doação" dos fenómenos (sendo que *uma* Estética, no entender do próprio Kant, é intimamente solidária de *uma* geometria e de *uma* matemática...).

Temos enfim, como constata ainda Jean Petitot, o procedimento fundamental que está na base do "progresso" cognitivo das ciências mais recentes: "a construção das categorias por meio das matemáticas determinando uma Estética, reabsorve progressivamente a existência na essência (o 'dinâmico' no 'matemático')." ⁽¹²⁰⁾. Todo este cenário — julgamos agora poder concluir — está expresso no "organigrama" da máquina transcendental kantiana. Quanto à pluralidade de modismos cognitivos que tal cenário envolve — podemos também agora concluir —, está pelo menos "prevista" no "espírito" que anima a referida "máquina".

(F) Não podemos deixar de fazer referência, finalmente, ao papel das Ideias e ao significado das "antinomias cosmológicas" equacionadas na *Crítica da razão pura*.

As Ideias representam, no kantismo, o espaço em aberto que vai entre um estado de conhecimento efectivo da Natureza e a sua perfectibilidade final (embora nunca inteiramente realizada). Vivemos, ainda hoje, nesse espaço. O desenvolvimento das ciências, assim como o seu não "esgotamento", significam afinal que ainda subsiste o contraponto das Ideias: subsiste algo de pelo menos "análogo" às coisas-em-si-incognoscíveis.

As "antinomias cosmológicas", por seu turno, ainda hoje podem ser equacionadas praticamente como Kant as equacionou. Persiste ainda o jogo indecível entre o condicionado e o incondicionado, entre o contingente e o necessário, a série inabarcável das causas e a origem suposta mas ignota duma causalidade omnimoda. Subsiste ainda o problema da origem do mundo e o problema de saber o que é absolutamente simples ou composto. Subsistem, em suma, se escutarmos os "oráculos" de todas as ciências, certos problemas fundamentais. Os mais fundamentais.

Presumimos, dito isto, que nada mais é necessário acrescentar acerca da "validade" e "actualidade" da máquina transcendental kantiana. Pelo menos o seu "organigrama" continua inteiramente

⁽¹²⁰⁾ Jean Petitot, *id.*, p. 48.

válido para o domínio fenoménico da Natureza. É portanto *ainda "actual"*. Era a favor disso que pretendíamos argumentar. Pretendíamos defender, simultaneamente, que aquela "máquina" é identificável com a *Ontologia Geral e Formal* para o referido domínio da Natureza. É-o de facto. Por razões já atrás avançadas. Mas também por esta: precisamente porque "válida" e ainda "actual".

Uma última nota, entretanto. Mesmo que admitamos que existe alguma inactualidade na máquina transcendental kantiana (e sobretudo na teoria transcendental), teremos de admitir, pelo menos, que Kant foi "actual" para o seu próprio tempo. Assim sendo, e por este prisma, será ainda um filósofo "actual". "Actual", agora, no sentido em que podemos "actualizá-lo". Ele pode funcionar como um "Paradigma" para o nosso próprio pensar. Isto é: podemos diferenciá-lo e repensá-lo.

Sob a eventual aparência da "apologia", talvez tenha sido apenas isso que sofrivelmente fizemos no presente estudo. Talvez tenhamos caído nas malhas de um certo "kantismo ideal". Talvez tenhamos feito um retrato de Kant que não é o retrato de Kant...

Porto, Maio de 1992

Adélio Melo